

Minuta

PARECER Nº , DE 2020

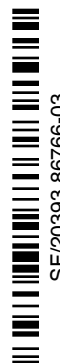
De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2020, da Câmara dos Deputados, à Medida Provisória nº 930, de 30 de março de 2020, que *dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.*

Relator: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal, para emissão de parecer após apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) da Medida Provisória nº 930, de 30 de março de 2020, que dispõe sobre a tributação sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras (IFs) no exterior; sobre a proteção legal aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições, e altera as Leis nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos e instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que dispõe sobre a Letra Financeira, dentre outras matérias.

O PLV traz três comandos bem definidos para:



SF/20393.86766-03

- (i) alterar a tributação sobre a variação cambial de investimentos de instituições financeiras no exterior;
- (ii) ampliar a proteção aos repasses de recursos em arranjos de pagamentos; e
- (iii) autorizar a emissão de Letra Financeira (LF) por prazo inferior a um ano.

O art. 1º define como objeto do PLV o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial de investimentos no exterior realizados por IFs.

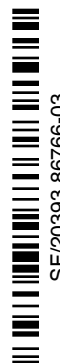
O art. 2º estabelece que a inclusão da variação cambial da parcela com cobertura de risco (*hedge*) do valor do investimento realizado por instituição financeira no exterior observará o regime de competência na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País, na proporção de 50% em 2021 e 100% a partir de 2022. Seis parágrafos detalham e complementam o disposto no *caput*.

O art. 3º inclui os arts. 12-A, 12-B e 12-C à Lei nº 12.865, de 2013 (Lei dos Arranjos de Pagamentos), para dar maior proteção jurídica aos recursos em trânsito de terceiros nos arranjos de pagamento para liquidação das transações de pagamentos, e aos bens e direitos alocados pelos instituidores e pelos participantes de arranjos de pagamento em garantia à liquidação das transações de pagamento.

Na prática, as novas disposições segregam os recursos que foram pagos por um usuário e são destinados a outro usuário, apartando-os dos bens e direitos da instituição de pagamento, para que, em caso de quebra, ou execução dessa última, não possam vir a sofrer constrição judicial.

Também estão sendo incluídos os §§ 4º e 5º ao art. 6º da Lei dos Arranjos de Pagamentos. Esses §§ reforçam a prerrogativa de o BC requisitar informações a arranjos de pagamentos com pequeno volume financeiro, não objetos de fiscalização pelo BC, para fins de avaliação de risco.

Já o art. 4º acrescenta parágrafo único ao art. 41 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para autorizar o Conselho Monetário Nacional (CMN) a dispor sobre Letra Financeira por prazo inferior a um ano,



para fins de acesso da instituição financeira emitente a operações de redesconto e empréstimos junto ao BC.

O art. 5º traz a cláusula de vigência, na data de publicação da Lei.

De acordo com a Exposição de Motivos da MPV, as medidas visam a aperfeiçoar o funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e a tributação de instituições financeiras e demais instituições supervisionadas pelo BC.

Foram apresentadas, no âmbito da Comissão Mista (CM), 43 emendas ao texto original da MPV. Ainda que meritórias, entendemos não haver pertinência temática com a MPV nas emendas 1 a 3, 5 a 8, 10, 14, 15, 17, 20, 23 e 40. As propostas citadas ampliam, demasiadamente, o cerne de abrangência da MPV, a qual, como sabemos, possui rito sumaríssimo de tramitação. Isso impede uma maior discussão para uma deliberação parlamentar mais apropriada, ressaltando que, com as sessões virtuais, o trâmite das MPVs ficou ainda mais restrito.

A previsão inicial da MPV de imunidade dos integrantes do BC mostrou-se como o comando original mais polêmico, tendo sido objeto de 18 emendas, de nºs 4, 9, 13, 19, 24 a 28, 30 a 36, 39 e 43. Dada a revogação do comando original pela MPV nº 951, superveniente, tais emendas encontram-se prejudicadas.

Já as emendas de nºs 37, 38 e 41 trazem dispositivos sobre as operações de compra e venda de títulos de crédito pelo BC, e as emendas de nºs 11, 12, 16, 17, 21 e 22 dispõem sobre a variação cambial de investimentos de IFs no exterior.

As alterações na Lei de Arranjos de Pagamentos foram objeto das emendas de nºs 18, 29 e 42.

Tendo em vista que a Comissão Mista designada para apreciar a MPV nº 930, de 30 de março de 2020, não havia sido instalada quando da aprovação do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, que *dispõe sobre o regime de tramitação, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de medidas provisórias durante a pandemia de Covid-19*, a matéria foi encaminhada diretamente para apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

A MPV não recebeu emendas de plenário no curso de sua votação na Câmara dos Deputados. Aquela Casa deliberou pela admissibilidade da Medida Provisória, assim como pela sua adequação financeira, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela sua aprovação integral, admitindo cinco das emendas apresentadas, parcial ou integralmente.

Neste Senado, a matéria foi objeto de outras 4 emendas, de nºs 44 a 47. A emenda nº 44 propõe ajuste à ementa do PLV, para melhor espelhar o conteúdo do texto em tramitação. A emenda nº 45 foi retirada pelo autor. Já a emenda nº 46 propõe suprimir o escalonamento de dois anos e tributar, de imediato, os investimentos no exterior.

Por sua vez, a emenda nº 47 obriga, até 31 de outubro de 2020, as instituições financeiras e demais credenciadas que operam no mercado dos cartões de crédito e débito a registrarem os recebíveis desses cartões numa Central de Recebíveis. Entendemos que a emenda nº 47 foge do escopo da matéria originalmente oferecida na MPV.

Por fim, a emenda nº 48 veda a distribuição de bônus e dividendos e a compra das próprias ações por instituições financeiras que efetuem operações de redesconto ou empréstimo com o Banco Central.

II – ANÁLISE

II.1 – Admissibilidade, Constitucionalidade e Juridicidade

Seguimos ao exame da admissibilidade da proposta, nos termos do *caput* e do § 5º do art. 62 da Constituição Federal (CF), que permite a adoção de medidas provisórias pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência.

A proposição não dispõe sobre as matérias relacionadas no inciso I do § 1º do referido art. 62; não se enquadra nas hipóteses dos seus incisos II a IV; não se destina a regulamentar dispositivo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda, respeitando-se, dessa forma, a vedação expressa no art. 246 da Carta Política; e tampouco representa reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo (art. 63, § 10, da Constituição Federal).

Os pressupostos da urgência e relevância da matéria estão satisfeitos, diante da conjuntura, já à época da edição da MPV, dos efeitos da covid-19 sobre a economia brasileira.

Outrossim o PLV está vazado em boa técnica legislativa, não afronta o ordenamento jurídico vigente e respeita os balizamentos constitucionais próprios a esse instrumento legislativo, registrados no art. 62 da Carta Magna.

Não há, portanto, inconsistência ou injuridicidade material trazida pelo PLV, frente ao ordenamento vigente.

II.2 – Da adequação financeira e orçamentária

O exame do PLV nº 21, de 2020, demonstra a observância dos requisitos de adequação orçamentária e financeira. Ainda que a matéria verse parcialmente sobre tributação, não impõe renúncia de receita nem aumento de despesa fiscal ou expansão da dívida pública. Nesse caso, não há necessidade de autorização orçamentária específica – o que torna a MPV adequada nos termos das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

II.3 – Do mérito

A matéria é meritória.

Quanto ao reconhecimento tributário da variação cambial de investimentos no exterior das IFs, a MPV buscou corrigir uma assimetria tributária que produzia diversos efeitos indesejados, como aumento dos custos de transação dos bancos e impacto na arrecadação tributária, derivada da volatilidade cambial sobre o investimento no exterior.

Anteriormente à edição da MPV, em momentos de forte desvalorização cambial, o prejuízo gerado com a posição vendida no hedge seria computado na base de cálculo do IRPJ/CSLL e geraria menor arrecadação, ainda que houvesse ocorrido ganho na posição ativa no investimento no exterior, já que esse não era reconhecido para fins tributários. A MPV corrige essa distorção, pois passa a tributar *de maneira conjunta* os investimentos no exterior e as operações de cobertura (hedge), assegurando neutralidade para o conjunto das operações. Com isso, a nova regra reduz o efeito da volatilidade cambial e estabiliza a base tributária e a arrecadação, facilitando a gestão orçamentária da União.

Já as alterações na Lei de Arranjos de Pagamentos aprimoram os modelos de gerenciamento de riscos desses arranjos, que são críticos para o bom funcionamento dos fluxos de pagamentos no âmbito do SPB. Vemos com bons olhos impedir que recursos de terceiros, que tramitam pelos arranjos de pagamentos, sejam objeto de constrição judicial, ou se sujeitem à arrecadação em regimes concursais, visto que têm como legítimo destinatário o usuário final recebedor dessas transações, o lojista, e não a instituição participante do arranjo.

A nova disciplina legal confere maior clareza e proteção, reduzindo significativamente os riscos a serem gerenciados no âmbito dos arranjos. Isso assegura que o dinheiro entregue pelo usuário do arranjo de pagamento, o portador do cartão, com a finalidade de honrar seus pagamentos, continue chegando aos lojistas. Todos portadores de cartões são beneficiários dessa medida.

Quanto ao regime legal da Letra Financeira, a alteração adequa o título de crédito ao prazo legal máximo para as operações de redesconto e empréstimo realizadas pela Autarquia, que é inferior ao prazo mínimo de vencimento (um ano), estabelecido na Lei nº 12.249, de 2010. Entendemos ser conveniente e plenamente justificável o comando, diante do quadro de crise. As instituições financeiras de médio e pequeno porte, eventualmente com alguma dificuldade de liquidez, que venham a solicitar empréstimo ao BC, serão beneficiadas pela medida.

Quanto às emendas apresentadas neste Plenário, acatamos a emenda de nº 44, considerando a conveniência de efetuar pequeno ajuste redacional na ementa, em conformidade com a boa técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto às emendas de nºs 46 a 48, entendemos não devem ser acatadas. A emenda nº 46 propõe suprimir o escalonamento de dois anos e tributar, de imediato, os investimentos no exterior. No entanto, dada a conjuntura da atual pandemia, entendemos que a proposta do governo supera a proposta de tributação imediata dos ativos “hedgeados” no exterior, já que a valorização cambial esperada em decorrência da recuperação da economia impede a compensação do lucro auferido no contrato de hedge, que se sujeita à arrecadação tributária.

Já a emenda nº 47 trata de matéria infralegal, já tratada no âmbito do Conselho Monetário Nacional. Além de extrapolar o objeto da MPV, caracterizando matéria estranha, também por uma questão de tempo,

fica difícil deliberarmos sobre questão bastante técnica, sem consultar as partes envolvidas, especialmente o Banco Central.

Por fim, a emenda nº 48, a nosso ver, exagera na proposta de vedação da distribuição de bônus e dividendos e a compra das próprias ações por instituições financeiras que efetuem operações de redesconto ou empréstimo com o Banco Central. Essas operações são, na verdade, corriqueiras no âmbito do sistema financeiro nacional, previstas já na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e eventuais restrições podem, ao contrário do que se deseja, acabar impedindo que as instituições financeiras tenham acesso efetivo à liquidez do Banco Central nesse período de calamidade pública.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2020, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária. No mérito, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2020, e da emenda redacional nº 44, com a rejeição das emendas nºs 46 a 48.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator